

NÃO! NÃO QUEREMOS CONTRIBUIR PARA OS ESPECULADORES E DEMAIS PARASITAS!

Desde o início do processo de roubo metódico e organizado, inicialmente designado por “ajuda financeira”, hoje por “programa de ajustamento” e, futuramente, já anunciado como “programa cautelar”, que os trabalhadores têm visto o seu nível salarial e, consequentemente, o seu nível de vida degradar-se ano após ano.

A ação concertada de todas as ORT's da NAV impediu que, no nosso caso, os roubos fossem tão incisivos e os seus efeitos fossem sentidos como noutras empresas do Sector Empresarial do Estado. O facto de em dois OE sucessivos termos ficado isentos de cortes de 3,5% a 10% nos salários criou em muitos a falsa ilusão de que, dadas as características muito específicas da nossa Empresa, estaríamos a salvo até final do “arrastão” que varre os bolsos de todos aqueles que vivem do seu trabalho ou reforma, levando à pobreza já ¼ da população portuguesa, para encher, como ainda recentemente foi divulgado, cada vez mais e mais os bolsos dos mais ricos. Pela nossa parte sempre tivemos consciência de que estas isenções, sendo importantes em sede de OE (portanto sempre com a duração limitada de 1 ano), não resolvem todos os problemas, pois outras questões ficam por resolver que, com o passar do tempo, se irão, inevitavelmente, agravando, tais como:

O congelamento dos salários; o congelamento das progressões nas carreiras; o pagamento do trabalho suplementar; as ajudas de custo; os necessários reajustamentos dos subsídios de disponibilidade; os subsídios de refeição; e, de um modo geral, todas as cláusulas de expressão pecuniária.

Malgrado várias destas medidas constantes do Código do Trabalho terem sido declaradas inconstitucionais, no caso da NAV, e apesar das insistências que temos efectuado, a Empresa tem-se escudado num parecer jurídico (que não é mais do que isso), interpretando estes cortes como sendo decorrentes da “isenção” da NAV em sede de OE e, como tal, não declaradas, directamente, inconstitucionais, daí que entenda em nada ter que ressarcir os Trabalhadores. Pela nossa parte, porque o nosso entendimento é inverso, tudo faremos para que os Trabalhadores abrangidos sejam ressarcidos das quantias que inconstitucionalmente lhes foram retiradas.

Para além do mais, a mesma argumentação que serviu de justificação para que o roubo de 3,5% a 10% não fosse aplicado aos trabalhadores da NAV deveria ser bastante para que nenhuma destas medidas tivesse aplicação. Aliás, tal argumentação deveria bastar para a especificidade da NAV e das suas receitas e despesas fosse considerada de modo permanente e não como excepção anual em sede do OE.

Mais grave ainda é que, no mesmo dia em que o Tribunal declara tais medidas inconstitucionais em matérias de contratação colectiva, tenha sido promulgado o D.L. 133/2013, que vem institucionalizar um conjunto de cortes similares, pondo uma vez mais em causa os princípios e direitos da contratação colectiva, segundo o qual todas as empresas públicas serão tratadas de igual modo. Se é certo que a Empresa se tentou salvaguardar da aplicação do mesmo, nomeadamente no tocante ao seu Art.º 18º, alegando a sua especificidade, a verdade é que, mesmo assim, o governo seguiu cegamente critérios que nada têm a ver com a realidade e que, afectando de igual modo todos os Trabalhadores, mais se reflectem naqueles que, por via das suas funções profissionais, mais deslocações têm de efectuar. Apesar de não sermos únicos, temos consciência de que os trabalhadores representados pelo SITAVA são dos mais prejudicados. Por tal razão não aceitamos que a luta contra tais medidas se fique por aqui. Porque assim é, não deixámos de protestar e levar tal questão a todas as instâncias (quer aquelas em que participamos, quer a todas as outras que julgámos necessárias).

A não aplicação destas medidas em várias empresas públicas do Sector dos Transportes, já acordada e assumida, demonstra, claramente, a irracionalidade e inconsistência das mesmas. Na apreciação parlamentar do passado dia 12, requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP, pode dizer-se que o D.L. 133/13 entrou na A.R. já fragilizado e manco e no final saiu de maca e moribundo. Por isso os trabalhadores da NAV têm toda a legitimidade de exigir que o CA/NAV se recuse a aplicá-lo, quando o mesmo até prejudica não apenas os seus Trabalhadores como a própria Empresa. Pela nossa parte, poderão contar connosco!

NÃO ACEITAREMOS A IMPOSIÇÃO DO D.L. 133/13 NA NAV

UNIDOS NA ACÇÃO SOMOS MAIS FORTES

2014-01-07

A Direcção

Rua Newton, 5, 1170-275 LISBOA
Telefone: 218.160.670
Fax: 218.160.679

sede@sitava.pt

www.sitava.pt